



RETRATO DAS DESIGUALDADES

de Gênero e Raça

3ª Edição

Luana Pinheiro

Natália de Oliveira Fontoura

Ana Carolina Querino

Alinne Bonetti

Waldemir Rosa

Brasília, 2009



Secretaria de Assuntos Estratégicos

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres



GOVERNO FEDERAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SAE

Ministro de Estado
Roberto Mangabeira Unger

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente
Marcio Pochmann

Diretoria
Fernando Ferreira
João Sicsú

Jorge Abrahão de Castro
Liana Maria da Frota Carleial
Márcio Wohlers de Almeida
Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete
Pérsio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação
Estanislau Maria de Freitas Júnior

Distribuição gratuita
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Retrato das Desigualdades de gênero e raça / Luana Pinheiro ... [et al.]. – 3. ed. Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2008. 36 p. : gráfs., tabs.

Inclui CD-ROM e um Cartaz.
ISBN: 978-85-7811-014-7

I. Discriminação por Gênero. 2. Discriminação Racial.
3. Desigualdade Social. 4. Desigualdade Econômica. 5. Indicadores Sociais. 6. Brasil. I. Pinheiro, Luana Simões.
II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. IV. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

Secretária Especial
Nilcéa Freire

Secretária Adjunta
Teresa Cristina Nascimento Sousa

Assessora Especial
Stella Taquette

Chefe de Gabinete
Cíntia Rodrigues Dias Gouveia

Subsecretaria de Articulação Institucional
Sônia Malheiros Miguel

Subsecretaria de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas
Aparecida Gonçalves

Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres
Lourdes Maria Bandeira

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
Secretária
Susana Cabral

UNIFEM – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER

Escritório Subregional para o Brasil e Países do Cone Sul

Diretora
Ana Falú

Vice Diretora
Júnia Púglia

Programa Regional **Incorporação das dimensões de igualdade de gênero, raça e etnia nos programas de combate à pobreza em quatro países da América Latina**

Coordenadora
Maria Inês da Silva Barbosa

EQUIPE PAÍS

Brasil
Ana Carolina Querino
Tanimara Elias Santos

Paraguai
Maria Molinas Cabrera

Bolívia
Sissy Larrea
Monica Mendizabal

Guatemala
María de la Paz López
Izaskun Solagaistua
María Luz Aquilante

SUMÁRIO

Apresentação	5
Apresentação SPM	7
Apresentação UNIFEM	9
Apresentação Ipea	11
Blocos temáticos	13
População	14
Chefia de família	16
Educação	18
Saúde	20
Previdência e assistência social	22
Mercado de trabalho	24
Trabalho doméstico remunerado	26
Habitação e saneamento	28
Acesso a bens duráveis e exclusão digital	30
Pobreza, distribuição e desigualdade de renda	32
Uso do tempo	34



APRESENTAÇÃO

O Retrato das Desigualdades tem por objetivo disponibilizar informações sobre a situação de mulheres, homens, negros e brancos em nosso país. Para tanto, apresenta indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre diferentes campos da vida social, de forma a disponibilizar para pesquisadores/as e gestores/as um retrato atual das desigualdades de gênero e de raça no Brasil, bem como de suas interseccionalidades – pois os indicadores são apresentados tanto para mulheres e homens, negros e brancos, quanto para mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos e homens negros.

A terceira edição do Retrato é fruto da parceria entre o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Com relação às edições anteriores, traz as seguintes novidades, além da atualização dos dados para os anos de 2005, 2006 e 2007: novas tabelas sobre assistência social, incluindo informações sobre programas de transferência de renda; um novo bloco com as tabelas sobre chefia de família, em separado das tabelas sobre população e com novas informações; e um novo bloco sobre uso do tempo, no qual foram incluídas as informações levantadas pela PNAD sobre tempo de deslocamento entre a residência e o local de trabalho e tempo dedicado aos afazeres domésticos.

Com isto, tem-se os seguintes blocos temáticos:

1. População;
2. Chefia de família;
3. Educação;
4. Saúde;
5. Previdência e assistência social;
6. Mercado de trabalho;
7. Trabalho doméstico remunerado;
8. Habitação e saneamento;

9. Acesso a bens duráveis e exclusão digital;
10. Pobreza, distribuição, desigualdade de renda; e
11. Uso do tempo.

De modo geral, o Retrato das Desigualdades apresenta dados para o período de 1993 a 2007, possibilitando a construção, não só de um retrato atual da sociedade brasileira, mas também de uma importante série histórica que permite reconhecer as tendências de transformações e permanências no que diz respeito à situação de negros, brancos, homens e mulheres. Constituem exceções a esta delimitação temporal os dados relacionados a trabalho e renda, que cobrem somente o período de 1996 a 2007; os indicadores de saúde, que são apresentados para 1998 e 2003, quando o tema foi objeto dos suplementos da PNAD; e, finalmente, as tabelas sobre programas de transferência de renda, cuja investigação só ocorreu nos anos de 2004 e 2006. O Retrato traz estatísticas descritivas, simples e abrangentes, de fácil compreensão pelos mais diferentes públicos, com o caráter inovador de apresentá-las sempre com o recorte de sexo e cor/raça simultaneamente, que, estão presentes nos levantamentos feitos e divulgados pelo IBGE, mas nem sempre são facilmente manipuladas por pesquisadores/as e formuladores/as de políticas e, mais especialmente, por organizações do movimento social. Além da riqueza de temas abordados e do cruzamento por sexo e cor/raça, os dados são apresentados, ainda, para o Brasil e para as grandes regiões, para as áreas urbanas e rurais e, quando relevante, também por faixas etárias.

A presente publicação apresenta, para cada bloco temático, um conjunto de indicadores que permite construir um completo diagnóstico sobre a situação dos diversos grupos sociais em uma área específica, além de um infográfico que ilustra um indicador selecionado deste rol. Acompanha, ainda, esta revista, um CD-ROM, a partir do qual todas as 209 tabelas podem ser acessadas em formato Excel, além das notas metodológicas, da publicação, dos infográficos em formato pdf e

dos documentos analíticos das edições anteriores do Retrato. Finalmente, acompanha também esta publicação um cartaz com alguns dos infográficos produzidos.

Com esta iniciativa, mais uma vez o UNIFEM, o Ipea e, a partir desta edição, a SPM disponibilizam informações relevantes para o conhecimento das desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Acreditamos que somente a partir do conhecimento dessa realidade é possível traçar estratégias para a promoção da igualdade, a consolidação de nossa democracia e, com isso, a construção de um país mais justo.

Luana Pinheiro
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Natália de Oliveira Fontoura
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ana Carolina Querino
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Alinne Bonetti
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Waldemir Rosa
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



APRESENTAÇÃO SPM

Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e fortalecer a autonomia feminina nos mais diferentes espaços da vida social. Estes são os objetivos do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), cuja segunda edição, lançada em março de 2008, traz um conjunto de quase 400 ações distribuídas em torno de 11 eixos temáticos que abordam aspectos que vão desde os mais tradicionais – como trabalho, saúde e violência –, até aqueles que representam novas parcerias governamentais estabelecidas em torno da questão de gênero, a exemplo dos temas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e acesso a serviços de infra-estrutura social. Sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, da Presidência da República, o II PNPM agrega ações e projetos a serem executados, entre os anos de 2008 e 2011, por um conjunto de 22 órgãos do governo federal.

Para assegurar um bom planejamento, monitoramento, avaliação e controle das ações públicas, tornam-se estratégias imprescindíveis a construção e difusão de informações e dados estatísticos confiáveis sobre as diferentes áreas de atuação que se articulam no enfrentamento das desigualdades de gênero e na promoção da autonomia e dos direitos das mulheres.

Neste sentido, percebe-se como fundamental estimular e viabilizar a produção destas informações e torná-las disponíveis aos órgãos da administração pública em todos os níveis e à sociedade brasileira em geral. É com esse entendimento que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres se associa ao Ipea e ao UNIFEM nesta 3ª edição do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.

Nosso compromisso com as mulheres brasileiras passa necessariamente pela implementação de políticas públicas efetivas e eficazes orientadas pelo conhecimento construído a partir do diagnóstico da nossa realidade social.

A Política Nacional, aprovada na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) e reafirmada na II CNPM fundamenta-se em princípios que tem a participação e o controle social como alicerces. Assim, o diálogo como forma legítima de condução das relações entre Estado e sociedade não pode e não deve basear-se em meras declarações de boas intenções políticas, mas na transparência da administração pública e na disponibilização periódica de informações oficiais.

A parceria estabelecida entre Ipea, UNIFEM e SPM nesta edição do Retrato das Desigualdades é decorrência de um esforço permanente de somar e otimizar recursos e vontades em prol de uma gestão pública de qualidade.

Nossos agradecimentos a todas e a todos que possibilitaram a execução deste trabalho. Tenham a certeza que falamos em nome de centenas de milhares de brasileiros e brasileiras que têm o direito de viver uma vida livre de discriminação, preconceitos e violências.

Ministra Nilcéa Freire
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)



Quando, em 2005, lançamos a primeira edição do Retrato das Desigualdades, em conjunto com o Ipea e o DFID, já sabíamos que este seria um poderoso instrumento de análise. Até então, eram escassas as análises e os dados disponíveis, no Brasil, sobre as desigualdades racial e de gênero com a qual lidamos cotidianamente.

Desde então, o Retrato das Desigualdades adquiriu tamanho e peso, sendo hoje considerado uma das mais importantes fontes de informação para todas as pessoas que trabalham pela igualdade racial e de gênero no Brasil, e conta, a partir desta edição, com a importante e decidida parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Desnecessário mencionar aqui a relevância da desagregação de dados para os processos de inclusão e desenvolvimento. Quanto mais conhecermos a população, com sua diversidade e diferenças regionais, melhor poderemos formular propostas, estratégias e decisões políticas e institucionais. Para que se possa avançar de forma determinada, é indispensável contar com as ferramentas de análise que permitam argumentar, consistentemente, para a construção de uma visão cada vez mais ampla e, ao mesmo tempo, específica. Ou, colocado de outra forma, ter olhos para ver o que nos dizem os dados das desigualdades e, a partir daí, incidir nas políticas públicas.

O Brasil tem sido reconhecido, nos últimos anos, pelo grande esforço de inclusão social e econômica que vem desenvolvendo como estratégia de superação da pobreza – meta que, para ser alcançada neste país, deve necessariamente passar pela superação das iniquidades. Neste particular, já aprendemos que tanto a pobreza quanto a desigualdade têm sexo e cor. De uma forma geral, o país, em função desses esforços, já teve resultados muito significativos.

O UNIFEM tem muito orgulho de ter assumido a complexa tarefa de propor, realizar e publicar o Retrato das Desigualdades com a inestimável parceria técnica do Ipea e – a partir desta terceira edição – da SPM e com o apoio da AECID. Colocar à disposição do país uma fonte de dados com esta riqueza e qualidade, e saber que será efetivamente utilizada, indica-nos que estamos contribuindo neste processo em que o Brasil está comprometido e que, como sabemos, ainda será longo e complexo, porém irreversível.

Ana Falú
Diretora do Escritório Subregional para o Brasil e
Países do Cone Sul do UNIFEM



O Brasil é um país marcado por desigualdades: sociais, econômicas, regionais, etárias, educacionais. Transversalmente a estas, permeando e potencializando os seus mecanismos de exclusão, estão as desigualdades de gênero e de raça. A presença do legado cultural escravocrata e patriarcal é, ainda, de tal forma profunda que, persistentemente, homens e mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente. Um e outro grupo têm oportunidades desiguais e acesso assimétrico aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas de nosso país.

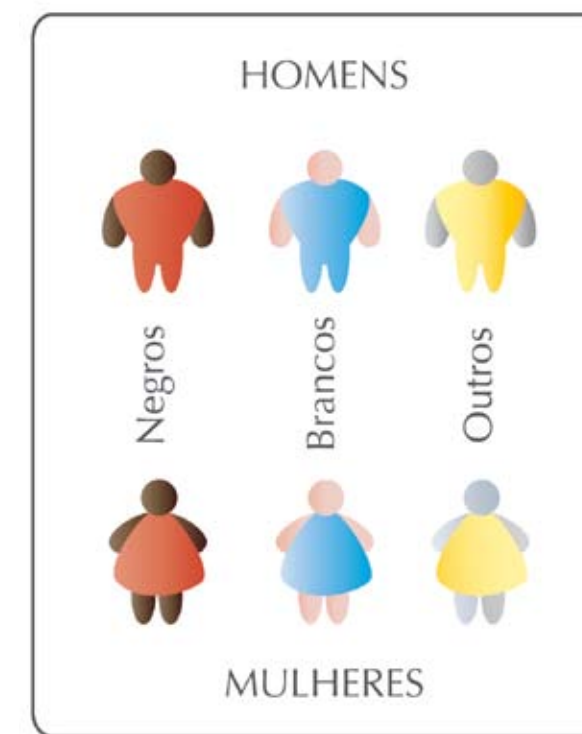
Apesar da igualdade formal, presente na letra da lei e de importância inquestionável, é na vivência cotidiana que a ideologia que reforça iniquidades de gênero e raça é mais explicitamente percebida. Inmiscuindo-se insidiosamente nas relações sociais, produz discrepâncias que redundam em exclusões. Nos bancos escolares, no interior das empresas, nas cidades, nas famílias, no campo, no interior dos lares, nos hospitais, nas favelas e em cada parte da nossa sociedade, negros são discriminados por sua cor/raça e mulheres, por seu sexo.

Investigar e retratar essas desigualdades são passos essenciais para começarmos a enfrentá-las. Com este objetivo, o Ipea se une ao UNIFEM e à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para publicar o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 3ª edição. A riqueza deste produto e seu caráter único estão não somente na diversidade de temas abordados, mas também na quantidade de dados disponibilizados e no recorte temporal que apresentam. Com isso, podemos perceber como as desigualdades de gênero e as desigualdades raciais se comportam em cada campo da vida social e como vêm se modificando ao longo da última década. O material ora apresentado é, portanto, de grande valia tanto para pesquisadores/as como para gestores/as públicos/as que têm na informação um importante instrumento de trabalho.

Se as desigualdades não são neutras quanto ao sexo e à cor, é preciso lançar luz sobre esses recortes de forma a potencializar a ação pública no sentido de enfrentá-las. Somente quando a igualdade formal se traduzir em igualdade real poderemos nos orgulhar da consolidação da nossa democracia.

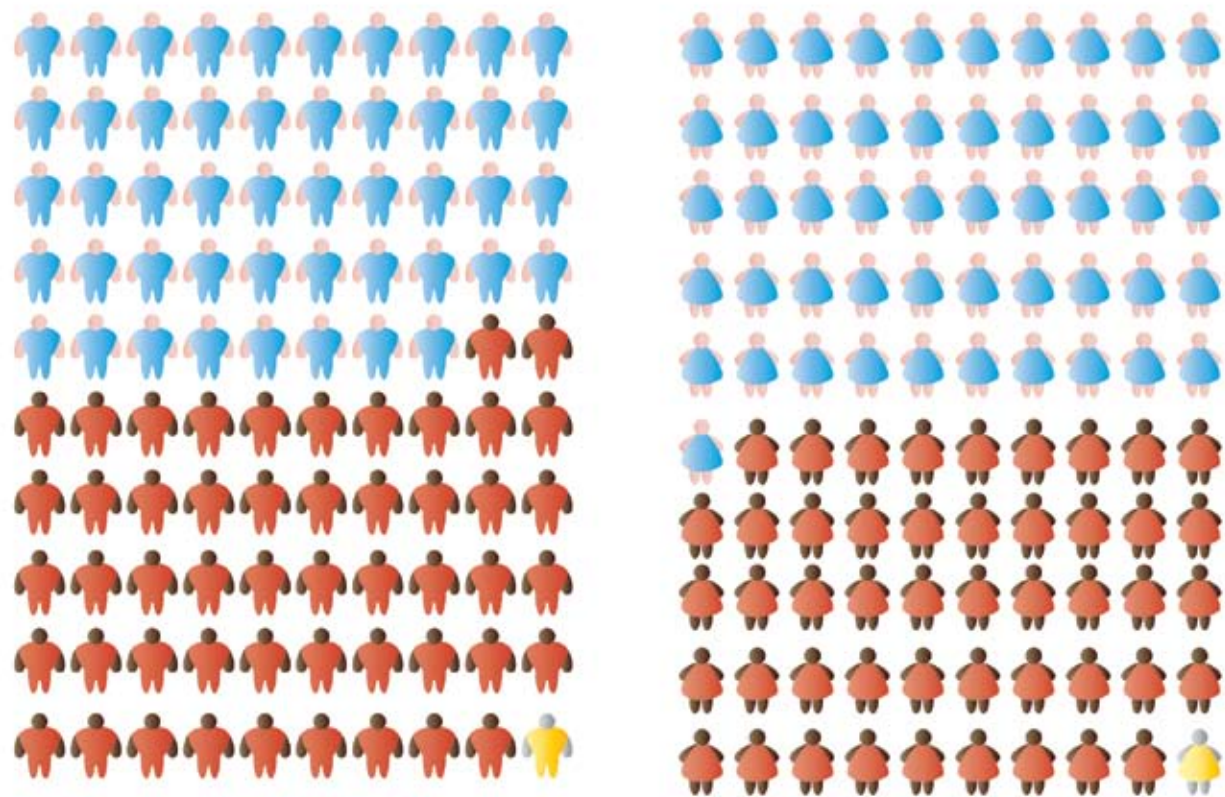
Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

BLOCOS TEMÁTICOS





Distribuição percentual da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2007



Neste bloco, estão disponíveis alguns dados demográficos que permitem a produção de indicadores úteis à formulação de políticas públicas e à compreensão das mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira nos últimos anos. São informações sobre distribuição percentual da população por sexo, cor/raça, faixa etária, localização do domicílio, e sobre o índice de feminilidade da população brasileira de 60 anos ou mais. Os indicadores cobrem o período de 1993 a 2007 e, na grande maioria das vezes, são apresentados para a desagregação regional, além do dado em caráter nacional.

O envelhecimento da população brasileira é uma tendência observada nas últimas décadas. No entanto, percebe-se que o aumento da expectativa de vida é maior para mulheres em relação aos homens e para a população branca em relação à negra. Entre os anos de 1993 e 2007, o grupo de homens brancos com 60 anos ou mais de idade passou de 8,2% para 11,1% enquanto o de negros nesta mesma faixa etária aumentou de 6,5% para 8,0%. A diferença de representatividade de homens brancos e negros neste grupo etário aumentou de 1,7 para 3,1 pontos no período. Tendência similar se observa no grupo feminino. Em 1993, o total de mulheres brancas com mais de 60 anos de idade representava 9,4% e o de mulheres negras, 7,3%. Estes percentuais alcançaram, em 2007, 13,2% e 9,5%, respectivamente. A diferença de representatividade entre os dois grupos passou, portanto, de 2,1 para 3,7 pontos.

Mesmo sendo uma realidade, o aumento da expectativa de vida tem se dado de forma desigual entre os diferentes grupos sociais. Os elevados índices de mortalidade de homens de uma forma geral e, em particular, de jovens homens negros – em decorrência da violência urbana, além do acesso precário a procedimentos médicos para os casos de enfermidades – acabam refletindo em sua expectativa de vida. No caso da diferença entre mulheres negras e brancas, vale ressaltar a maior vitimização das mulheres negras que, em decorrência do sexismo e do racismo tem seu acesso precarizado aos serviços de saúde, habitação, emprego, entre outros.

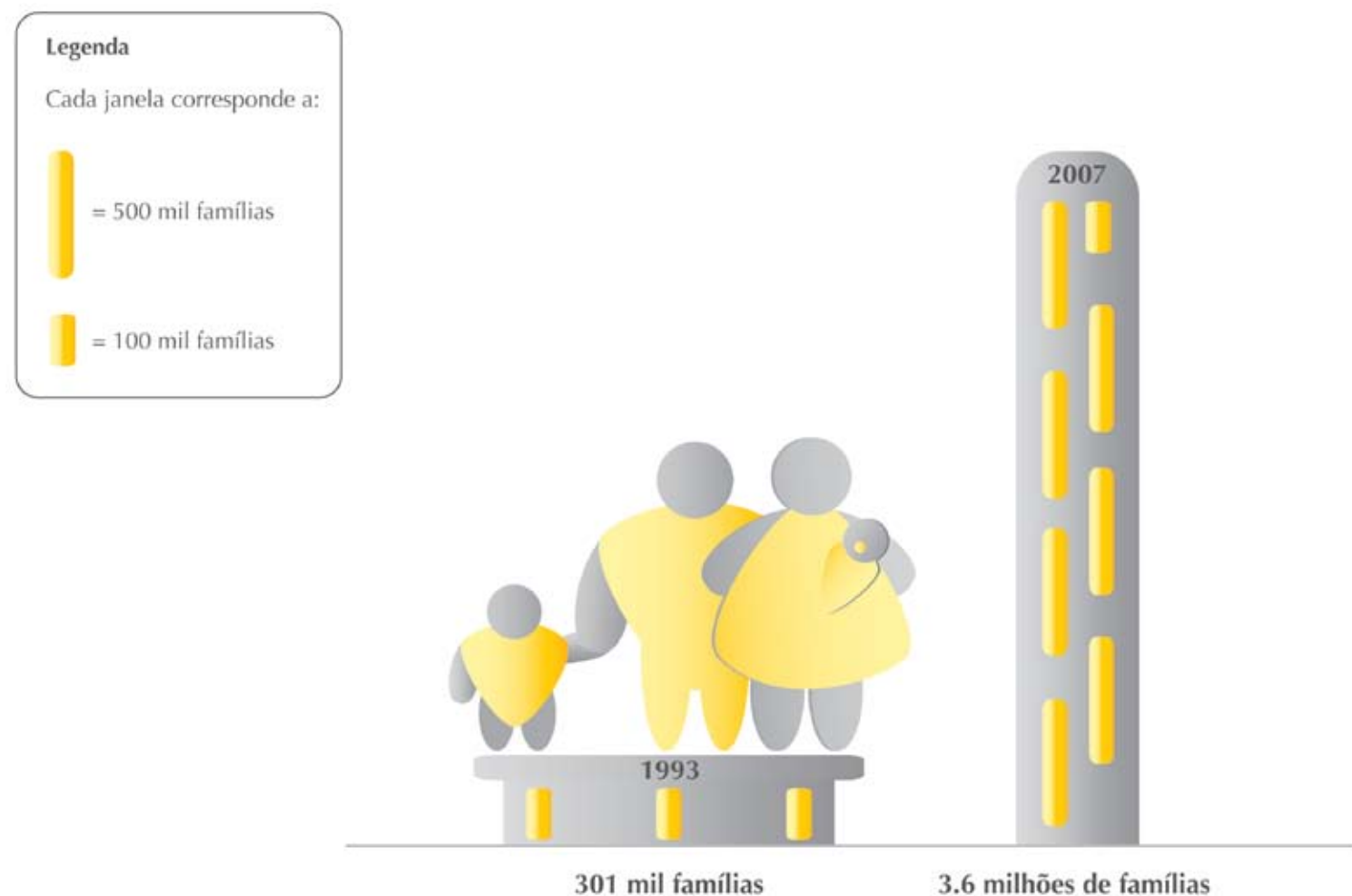
Outro importante fenômeno identificado ao longo dos últimos anos refere-se ao aumento da proporção de negros na população brasileira. Entre 1993 e 2007, a proporção de negros aumentou de 45,1% para 49,8%, enquanto a de brancos, inversamente, passou de 54,2% para 49,4%. No grupo masculino, percebe-se a existência de uma curva ascendente da proporção de negros, que, desde 2005, colocou este grupo como majoritário entre os homens (51,1%, contra 48,1%, entre os brancos). Entre as mulheres, a mesma tendência é verificada, mas as negras ainda não representam a maioria entre a população feminina, ainda que este movimento tenha se tornado mais expressivo nos últimos três anos (48,5%, frente a 50,6% para a população branca).

O aumento da população que se identifica como preta ou parda ocorre em praticamente todas as faixas etárias, indicando que não se trata de uma questão geracional de auto-afirmação identitária ou de uma maior taxa de natalidade da população negra. A população brasileira vem demonstrando mudanças na sua forma de auto-declaração de pertencimento a um grupo de cor/raça, o que sinaliza que os padrões culturais populacionais vêm se alterando nos últimos anos.





Número de famílias formadas por casais com filhos e chefiadas por mulheres. Brasil, 1993 e 2007



No que diz respeito à família, um dos principais indicadores para se perceber as transformações e as permanências na igualdade, sobretudo entre homens e mulheres, trata-se dos dados sobre chefia. Para conhecer um pouco dessa realidade, neste bloco foram selecionados dados, para o período de 1993 a 2007, que se relacionam: i) à distribuição das famílias, segundo tipo de estrutura; ii) às famílias segundo décimos e centésimos de renda per capita; iii) à média de renda domiciliar per capita, segundo a chefia da família; iv) ao total de famílias chefiadas por mulheres e por homens; v) à distribuição das famílias por grupos de idade dos filhos e por escolaridade, sexo, cor/raça, condição de ocupação e de atividade do chefe; e vi) ao total de mulheres chefes sem cônjuges. Para estas informações, são apresentadas desagregações regionais, de localização do domicílio, de sexo, cor/raça e situação de pobreza.

Ao longo dos últimos 15 anos, observa-se a manutenção da tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 22,3%, em 1993, para 33%, em 2007. Tal tendência vem sendo acompanhada com atenção por pesquisadores/as do tema, posto ser um dado que, por um lado, aponta para contextos de precarização da vida e do trabalho feminino¹ e, por outro, revela também sobre processos de (des)empoderamento das mulheres. Trata-se, portanto, de um importante indicador de desigualdade de gênero.

Se tomarmos o recorte de localização do domicílio, no entanto, percebe-se uma diferença que merece ser destacada. Muito embora se identifique uma tendência de aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, tanto nas zonas urbanas, quanto nas rurais, nestas, as mulheres chefiam somente 19,3% dos lares, um pouco mais da metade dos 35,4% encontrados nas áreas urbanas. Enquanto o grau de crescimento neste caso foi de 11,1 pontos percentuais em quinze anos, nas áreas rurais foi de 5,8.

Além desses dados, nesta edição do Retrato das Desigualdades destacam-se, também, dois indicadores interessantes para a análise das possíveis transformações das convenções sociais de gênero e dos atributos tradicionalmente esperados em relação às mulheres e aos homens em direção a uma maior simetria de gênero. O primeiro deles diz respeito ao número de famílias monoparentais masculinas e femininas.

Comparando-se a porcentagem desses dois tipos de arranjos familiares tem-se que, embora as famílias do tipo mulher com filhos sejam a esmagadora maioria e, como assinalado acima, aquelas chefiadas por mulheres tenham tido um aumento significativo na última década, chama a atenção o pequeno – mas relevante – crescimento do número de famílias monoparentais masculinas (de 2,1%, em 1993, para 3%, em 2007) dentre o total de famílias chefiadas por homens e o decréscimo das monoparentais femininas (de 63,9%, em 1993, para 49,2%, em 2006) do total das chefiadas por mulheres. Embora tímido, o crescimento do número de famílias monoparentais masculinas tem sido acompanhado de perto por pesquisadores/as² por ser um indício de mudanças comportamentais no que se refere aos padrões hegemônicos da masculinidade brasileira. O que significa dizer que, mesmo lentamente, os homens têm assumido a responsabilidade tanto pela provisão, tarefa tradicionalmente considerada masculina, quanto pelo cuidado da sua prole, tarefa essa tradicionalmente relegada às mulheres.

Nesse mesmo sentido das transformações dos padrões de gênero, os dados das famílias formadas por casais com filhos chefiadas por mulheres são muito elucidativos. Em quinze anos (1993-2007), o número desse tipo de família dentre o universo das chefiadas por mulheres aumentou mais de 10 vezes, passando de 3,4% em 1993 (ou aproximadamente 301 mil em número absoluto) para 18,3% em 2007 (ou aproximadamente 3,6 milhões de famílias). Em se tratando de um fenômeno de natureza tão complexa, como são as transformações de padrões culturais e visão de mundo, do ponto de vista simbólico, uma mudança desse tipo num período tão restrito é significativa e impactante. Tais dados apontam para um questionamento do lugar simbólico do homem como o provedor exclusivo. Supondo-se um padrão de família tradicional formado por mãe, pai e filhos, sem considerar os novos arranjos familiares contemporâneos, esse dado nos leva a pensar num horizonte cultural mais igualitário entre homens e mulheres dentro das famílias, seguidas de um maior empoderamento para as mulheres.

1. Mendes, Mary Alves. "Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise". Veredas FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências – v.1, n.1, janeiro a junho de 2008.

2. Como por exemplo, Woortmann, Klass e Woortmann, Ellen. "Monoparentalidade e chefia feminina – conceitos, contextos e circunstâncias". Texto apresentado no pré-evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto – MG, pela CNPD, FNUAP e ABEP; e Berquó, Elza. "Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil" In: Bruschini, C e Unbehaun, Sandra. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34, FCC, 2002.



Média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 1996 e 2007



Neste bloco são apresentadas informações sobre as desigualdades racial e de gênero no espaço educacional a partir de indicadores tais como: média de anos de estudo, distribuição da população de 25 anos ou mais de idade segundo faixas de anos de estudo, taxa de analfabetismo, taxas de escolarização líquida e de distorção idade-série. Tais dados permitem visualizar não apenas o acesso diferenciado, mas também a progressão desigual no sistema de ensino segundo a diferenciação dos grupos por cor/raça e sexo. Como se poderá perceber, as mulheres apresentam, em praticamente todos os indicadores educacionais, melhores condições do que o grupo masculino, assim como os negros estão sempre em significativa desvantagem quando comparados aos brancos.

A discriminação motivada por sexo e por pertencimento a um grupo racial encontra-se disseminada em diversos campos da vida social. No sistema educacional, seus impactos incidem na reprodução de estereótipos ligados às convenções sociais de gênero e de raça originando e reforçando uma segmentação sexual do mercado de trabalho e das ocupações sociais. Se para as mulheres os indicadores de acesso e permanência são, na média³, superiores aos masculinos, no que se refere à dimensão racial, o sistema de ensino é marcado por desigualdades que incidem sobre o acesso e a permanência dos alunos/as negros/as. Este elemento é bastante significativo, uma vez que a escolarização é indicada como necessária à constituição de melhores oportunidades sociais futuras.

As políticas educacionais implementadas nos últimos quinze anos tiveram um impacto significativo na melhoria dos indicadores sociais. Em 1993, a taxa de analfabetismo para homens brancos de 15 anos ou mais era de 9,2%, caindo para 5,9%, em 2007. Entre as mulheres de 15 anos ou mais se percebe algo similar: a taxa de analfabetismo para as brancas era de 10,8%, em 1993, enquanto para as negras era de 24,9%. Quinze anos depois, estes percentuais caíram para 6,3% e 13,7%, respectivamente. Mesmo se observando uma redução significativa das taxas de analfabetismo para os diversos grupos,

3. Ainda que na média os indicadores evidenciem uma situação de superioridade feminina, quando os dados são desagregados por outras dimensões – como a racial, a geracional ou a localização do domicílio (urbano/rural) – a situação pode se inverter. Para alguns dados a situação de mulheres negras, por exemplo, é pior que a de homens brancos, alterando a lógica geral do dado e mostrando como as interseccionalidades trabalham para produzir e reproduzir situações de vulnerabilidade social.

percebe-se que as desigualdades entre os grupos raciais ainda são significativas, sendo de mais de oito pontos percentuais entre homens brancos e negros e de mais de sete pontos entre as mulheres destes grupos.

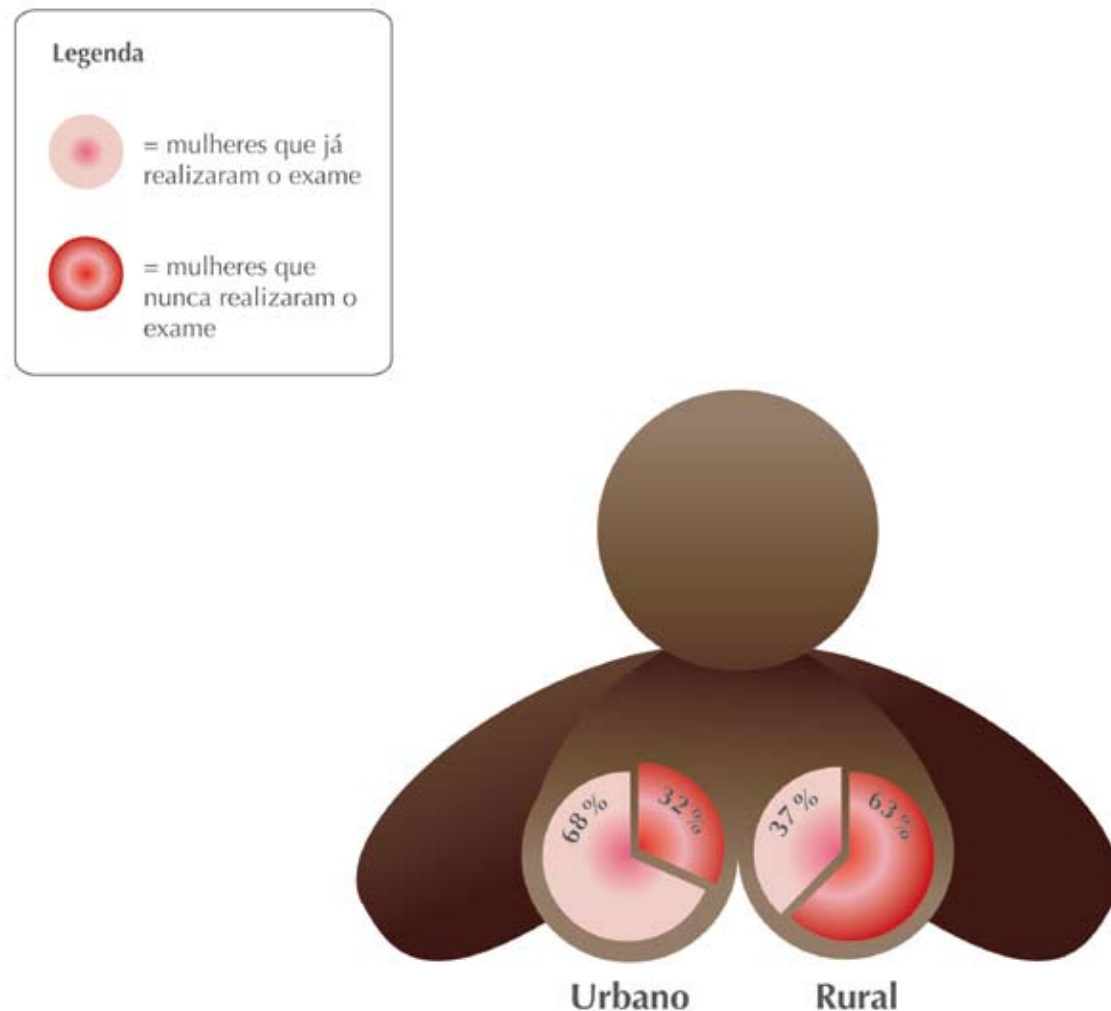
No que diz respeito à média de anos de estudo, outros movimentos importantes podem ser mencionados. O primeiro deles refere-se a uma melhora nas condições de escolaridade de todos os grupos: para todos eles, houve um aumento médio de 2 anos de estudo no período aqui analisado. Como consequência desta melhoria homogênea, as desigualdades verificadas no início da série permanecem quando se observam os dados de 2007. De fato, em 2007, homens apresentavam uma média de 7,1 anos de estudo, contra 7,4 anos para as mulheres. Entre os brancos, esse valor era de 8,1 e entre os negros de apenas 6,3 anos de estudo.

Ao se considerar a população ocupada de 16 anos ou mais de idade, sobressaem-se as desigualdades de gênero, enquanto as de raça permanecem inalteradas. Ou seja, diferentemente do indicador para a população geral, os dados de 2007 mostram as mulheres com um ano a mais de estudo em média do que os homens (8,4 contra 7,4). Já para os negros, a distância de dois anos em relação à população branca permanece sendo observada (6,8 e 8,8). Como se poderá visualizar nos capítulos seguintes, o fato de o mercado de trabalho demandar uma escolaridade maior da população feminina – maior ainda do que a encontrada na média da população – não significa uma inserção mais igualitária ou qualitativamente melhor à historicamente verificada para este grupo populacional.

Por outro lado, ao se analisar simultaneamente as clivagens de gênero e raça tem-se que a melhoria universal verificada neste indicador não só não foi capaz de reduzir as desigualdades, como produziu uma situação em que negros apresentavam, em 2007, média de anos de estudo inferior à verificada para brancos em 1993. Assim, enquanto a média de anos de estudo era de 7,1 para brancos e de 4,7 para negros no início do período acompanhado, em 2007, estes valores subiram para, 8,8 e 6,8, respectivamente. Uma redução de apenas 0,4 anos na desigualdade em um período acumulado de quinze anos.



Mulheres com 25 anos ou mais de idade, segundo realização do exame clínico de mamas e localização do domicílio. Brasil, 2003



Nesta 3ª edição do Retrato das Desigualdades, os dados de saúde não puderam ser atualizados, uma vez que são coletados a cada cinco anos, nos suplementos da PNAD. Assim, tal como na 2ª edição, lançada em 2006, são apresentados indicadores relativos ao acesso aos serviços de saúde, tais como: cobertura de atendimento, internação, exames clínicos relacionados com a saúde da mulher e visita ao dentista; quantidade de pessoas que são portadoras de doenças como diabetes e hipertensão, por exemplo; cobertura por planos de saúde privados e proporção de pessoas ocupadas com restrição às atividades habituais devido à situação de saúde. As informações apresentadas possibilitam o cruzamento entre o quadro de saúde dos indivíduos e suas características sócio-econômicas. Este cruzamento é de grande relevância, pois os baixos níveis de renda e o pertencimento a um grupo social específico afetam a vida dos indivíduos como um todo, expondo-os a contextos deficientes, desgastantes e geradores de doenças. Além disso, evidenciam as desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

O Sistema Único de Saúde – SUS – foi criado pela Constituição Cidadã como um dos pilares do sistema de seguridade social com o objetivo primordial de garantir acesso gratuito e universal a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sexo, cor, raça, etc. Em 2003, o SUS foi responsável por 63,5% dos atendimentos e 69,3% das internações ocorridas no país. Quando se desagregam os dados por cor/raça, percebe-se uma diferença significativa entre a população branca e negra: para os brancos, 54% dos atendimentos e 59% das internações foram cobertos pelo SUS; e para os negros as proporções foram de 76% e 81,3%, respectivamente. Este fato dá fortes indícios do quanto a população negra é SUS-dependente.

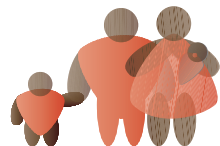
Mesmo quando se analisa a proporção de atendimentos e internações coberta pelo SUS por estratos de renda, a diferença entre brancos e negros permanece. Entre os indivíduos com rendimentos acima de três salários mínimos, 21% dos atendimentos e 23,8% das internações da população negra são cobertos pelo SUS, enquanto estas mesmas proporções são de 14% e 13,5% para brancos. A relação se inverte quando são analisados os dados de cobertura por planos de saúde privados: 33,2% dos brancos possuem planos de saúde privados, enquanto apenas 14,7% dos negros estão na mesma situação. Mesmo entre os que recebem mais de três salários mínimos, os brancos ainda são maioria: 75% dos brancos possuem plano,

contra 66% dos negros. Assim, a renda explica apenas parte dos atendimentos realizados pelo SUS.

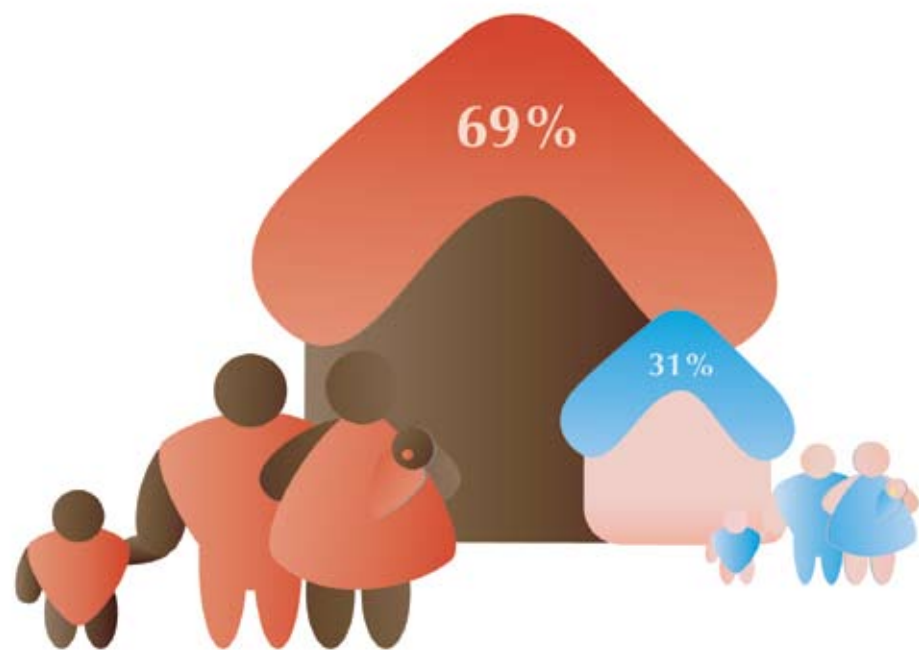
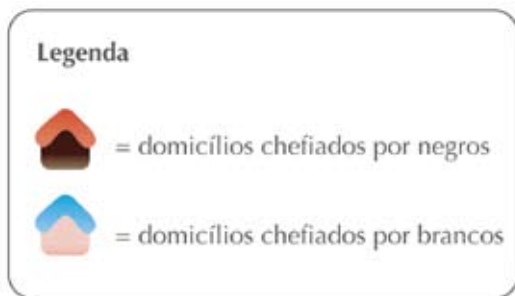
Outro conjunto de dados apresentados no Retrato das Desigualdades são os referentes a questões específicas da saúde da mulher. Neste caso, são informações sobre exames preventivos dos tipos de câncer mais freqüentes na população feminina: o de mama e o de colo do útero. O câncer está entre as principais causas de morte de mulheres que têm entre 30 e 60 anos, ao lado das doenças circulatórias e mortes provocadas por causas externas. A realização de exames específicos para que possa haver detecção precoce do câncer é fundamental para reduzir a quantidade de óbitos provocados por esta doença.

Os dados da PNAD apresentados no Retrato mostram que a proporção de mulheres que nunca realizaram os exames específicos ainda é alta e há desigualdades no acesso ao exame entre brancas e negras. Os dados mostram que, no Brasil, 36,4% das mulheres de 25 anos ou mais de idade nunca fizeram o exame clínico de mamas, sendo que entre as brancas a proporção é de 28,7% e entre as negras a proporção sobe para 46,3%. Em um primeiro momento, esta desigualdade poderia ser explicada pelo fato de que as mulheres negras têm menos educação formal e menores rendimentos – o que dificultaria seu acesso aos serviços. No entanto, mesmo entre as mulheres que têm mais de 12 anos de estudo, as desigualdades permanecem: 10,5% das mulheres brancas com este nível educacional e 18% das negras nunca fizeram exame clínico de mama. Estes números apontam para desigualdades na qualidade do atendimento relacionadas a práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes de preconceitos e estereótipos racistas, próprios do racismo institucional. Ele abarca ainda outros aspectos e sua existência nas instâncias do SUS foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Saúde quando da realização do II Seminário Nacional de Saúde da População Negra, em 2006. A situação ainda é mais desigual quando se observam os dados segundo localização do domicílio. No Brasil, das mulheres com 25 ou mais de idade das zonas urbanas, cerca de 32% nunca haviam realizado exame clínico de mama, proporção que é quase o dobro quando se trata das rurais (63%).





Distribuição dos domicílios que recebem Bolsa Família, segundo cor/raça do chefe. Brasil, 2006



O Retrato das Desigualdades apresenta alguns dos principais indicadores de cobertura de Previdência e Assistência Social pesquisados na PNAD. A Previdência Social é uma política que tem por objetivo repor a renda dos indivíduos nas situações em que os mesmos perdem, temporária ou permanentemente, sua capacidade de trabalho. Já a Assistência Social enfrenta as situações de pobreza extrema e destituição de direitos. O acesso aos benefícios previdenciários está estreitamente relacionado com o histórico laboral dos indivíduos, de forma que as desigualdades provocadas pelas discriminações de gênero e raça no mercado de trabalho se repetem no sistema previdenciário, sendo aliviadas em parte pela existência da Previdência Rural, que tem critérios diferenciados de acesso. Com relação aos dados apresentados, vale ressaltar que, no questionário básico da PNAD as informações sobre pensões e aposentadorias previdenciárias e as pensões pagas pelo Benefício de Prestação Continuada aparecem agregados. As informações específicas dos programas de transferência de renda são apresentadas separadamente nos suplementos de 2004 e 2006 da PNAD.

No Brasil, a proporção de idosos – pessoas com 60 anos ou mais – que recebe algum benefício da Previdência ou Assistência Social é uma das mais altas da América Latina. Em 2007, de acordo com a PNAD, 76,1% da população idosa recebia algum benefício. No entanto, quando os dados são desagregados por sexo e cor/raça, a cobertura apresenta variações. Para o mesmo ano, 81,2% dos homens idosos brancos recebiam algum benefício, enquanto esta proporção era de 74,1% para as mulheres negras – que acumulam as discriminações de gênero e de raça sofridas no mercado de trabalho. A diferença só não é maior porque nestas proporções são consideradas, além do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, as aposentadorias e pensões da Previdência Rural. A Previdência Rural não tem vínculo contributivo e é direcionada aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem em regime de economia familiar. Assim, observa-se que a população idosa que reside no meio rural e recebe algum benefício puxa a média para cima e corrige, em alguma medida, as desigualdades geradas pelas discriminações no mercado de trabalho. Por exemplo, quando se analisam os dados referentes à população idosa que reside no meio rural, temos que as mulheres brancas são as que mais recebem benefícios (84,7%), seguidas dos homens brancos (83,9%), das mulheres negras (82,7%), e, por último, dos homens negros (80,7%).

O nível de proteção social também é medido pela proporção de cobertura direta e indireta da previdência na população em idade ativa (PIA). A cobertura direta e indireta considera tanto os contribuintes diretos da previdência pública, do funcionalismo público, os segurados especiais da Previdência Rural, quanto seus cônjuges e dependentes. Este indicador passou por variações importantes na década de 1990 e início dos anos 2000, devido às crises enfrentadas pela economia e refletidas no mercado de trabalho. No início da série trabalhada no Retrato das Desigualdades (1993), a proporção da população em idade ativa protegida pela Previdência Social⁴ era de 52%. Esta proporção foi decrescendo ao longo dos anos 90 e, em 1999, chegou ao ponto mais baixo, quando 48,4% da PIA estavam cobertos. A partir de 2001, o nível de cobertura voltou a crescer, atingindo 53,8%, em 2007.

Exatamente por ser um dado mais sensível à situação do mercado de trabalho, reflete também as discriminações verificadas no mesmo. Assim, o grupo que está em melhores condições são os homens brancos, com cobertura de 62,8% em 2007, e as mulheres negras são as menos protegidas socialmente, com 45,1% de cobertura.

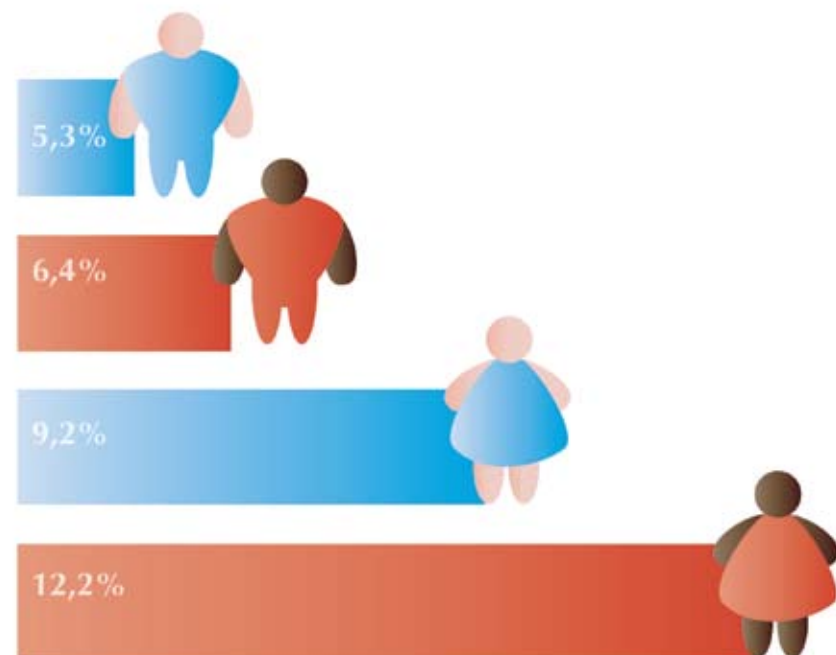
A parcela da população que não está coberta pela Previdência Social constitui parte significativa do público atendido pela Assistência Social. As informações sobre os beneficiários da Assistência apresentados pela PNAD ainda são gerais, mas permitem uma breve caracterização dos mesmos. E um dos traços mais marcantes é que a grande maioria dos domicílios que recebem benefícios assistenciais é chefiada por negros(as). Assim, temos que 69% dos domicílios que recebem Bolsa Família, 60% dos que recebem Benefício de Prestação Continuada e 68% do que participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil são chefiados por negros(as). São dados que não representam surpresa, pois os indicadores de pobreza e desigualdade, quando desagregados por cor/raça, mostram que os negros são grande maioria entre os mais pobres, estão nas posições mais precárias do mercado de trabalho e possuem os menores índices de educação formal. Tais informações dão visibilidade a uma realidade de discriminações e racismo que exige respostas imediatas e reforça a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade racial nas ações públicas.



4. Considerou-se população em idade ativa as pessoas com idade entre 10 e 59 anos.



Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2007



O campo de atuação profissional é de fundamental importância para a autonomia dos indivíduos, para a construção de identidade, para o reconhecimento social, para o acesso a bens de consumo, entre outras dimensões tanto materiais quanto simbólicas, cada vez mais importantes nas sociedades do século XXI. Por isto, a forma como os diferentes grupos populacionais se inserem no mercado de trabalho retrata uma faceta fundamental da desigualdade. Homens, mulheres, brancos e negros apresentam características bem distintas na entrada e permanência no mercado de trabalho. Para analisar estas questões, este bloco traz informações sobre taxas de participação, ocupação e desocupação, sobre distribuição da população segundo posição na ocupação e setor de atividade e sobre trabalho infantil. Procurou-se, sempre que possível, desagregar as informações para além de sexo e cor/raça, incorporando outras dimensões como localização do domicílio, grandes regiões brasileiras, faixas etárias e faixas de escolaridade.

As mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho nos últimos anos. Se, em 1996, 46% da população feminina estava ocupada ou à procura de emprego, esta proporção sobe para 52,4%, em 2007 – ainda significativamente inferior à dos homens, que alcançou 72,4% no mesmo ano. A dificuldade de ter acesso ao mercado de trabalho começa cedo para a população feminina: as jovens de 16 a 17 anos apresentam taxas de ocupação significativamente menores em relação às mulheres de outras faixas etárias. Em 2007, somente 69,4% daquelas jovens estavam ocupadas, comparadas a 81,1% dos jovens do sexo masculino.

Os dados de taxa de participação revelam, ainda, uma característica perversa: apesar de entrarem mais cedo no mercado de trabalho, os negros do sexo masculino também estão sobre-representados entre os mais velhos que permanecem ocupados. Isto é, os negros trabalham durante mais tempo ao longo da vida. Esta característica pode ser explicada pelas formas mais precárias de inserção vividas por esse segmento da população, o que faz com que não tenham garantia de proteção social na velhice, impedindo uma parcela maior de trabalhadores negros de terem acesso à aposentadoria.

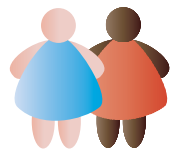
A inserção precária pode ser percebida pelos dados de posição na ocupação, que são reveladores dos diferenciais de

gênero e de raça presentes na sociedade brasileira. Apesar de ter havido um aumento na proporção de trabalhadores com carteira assinada, que pode ser percebido em todos os grupos, as mulheres seguem mais representadas no trabalho doméstico, na produção para próprio consumo e no trabalho não remunerado, enquanto os homens ocupam mais postos com carteira de trabalho assinada e de empregador. Se compararmos homens brancos e homens negros, estes enfrentam mais a situação do trabalho sem carteira que os brancos (23,4% contra 16,3%).

Assim como outros dados, as informações sobre posição na ocupação revelam a situação de grande precariedade vivenciada pelas mulheres negras. Por um lado, elas apresentam as mais altas proporções no trabalho doméstico (21,4%) e na posição de produção para próprio consumo e trabalho não remunerado (15,4%); e, por outro, as menores proporções de trabalho com carteira assinada (23,3%) e de empregador (1,2%), ocupando, assim, como confirmam os dados de renda, a pior posição na escala social.

A taxa de desocupação – que mensura a proporção de pessoas desempregadas à procura efetiva de emprego – é um indicador que também revela as desigualdades de gênero e as de raça e a forma como se interseccionam. As mulheres e os negros apresentam os maiores níveis de desemprego, sendo as mulheres negras as que se encontram em situação mais precarizada: estas apresentaram uma taxa de desemprego de 12,4% em 2007, comparada a 9,4% para as mulheres brancas, 6,7% para os homens negros e 5,5% para os homens brancos.

Finalmente, a taxa de trabalho infantil constitui um indicador importante para retratar as diferenças raciais que persistem na forma como os grupos populacionais se inserem no mercado de trabalho. As taxas vêm decaindo ao longo dos últimos anos, o que pode ser percebido para todos os grupos estudados. Contudo, as maiores taxas se encontram entre os meninos negros (tanto para a faixa de 5 a 9 anos, quanto para a de 10 a 15 anos). A região Nordeste lidera o *ranking*, seguida pelas regiões Norte e Sul, em situação similar. Portanto, os mais vitimados por essa situação são os meninos negros nordestinos: 14% desse grupo, com idade entre 5 e 15 anos, trabalhava em 2007.



Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, segundo cor/raça. Brasil, 1996 e 2007



Uma das dimensões em que se percebe mais explicitamente o caráter profunda e historicamente desigual da sociedade brasileira é o trabalho doméstico remunerado. Ocupação tradicionalmente dotada de baixo valor social e nicho de mulheres e meninas negras e também de pobres, reúne em si a continuidade dos traços mais perversos da herança escravista e patriarcal. Como se poderá perceber, os dados apontam para inunção desses dois sistemas ideológicos fundantes da sociedade brasileira na manutenção de uma situação de desigualdade. Situação essa tomada como natural na maior parte das vezes, a exemplo do tratamento desigual que somente esta categoria de trabalhadoras recebeu na Constituição Federal de 1988 sob argumentos, ainda em voga, que escondem a ingerência dessa herança⁵.

Neste bloco, são disponibilizados dados da população ocupada em trabalho doméstico segundo sexo, cor/raça e faixa etária; proporção de trabalhadoras domésticas que possuía carteira assinada, que contribuía para o instituto de previdência e que prestava serviço em mais de um domicílio; renda média mensal e média de anos de estudo das trabalhadoras domésticas; e distribuição percentual segundo faixas de horas trabalhadas.

Desses dados, foram selecionados alguns que ilustram de maneira incisiva a situação de precariedade e vulnerabilidade a que estas mulheres estão submetidas. Um primeiro quadro a ser desenhado relaciona-se com a porcentagem relativa de homens e mulheres no trabalho doméstico remunerado em relação ao universo total de ocupados no Brasil. Em 2007, do total de ocupados, somente 0,8% dos homens se dedicavam ao trabalho doméstico remunerado, mantendo a mesma tendência observada na década. Em contrapartida, nesse mesmo ano, do total de mulheres ocupadas, 16,4% desenvolviam esse tipo de trabalho. Mesmo revelando um discreto decréscimo (1 p.p.) em relação a 1996, o padrão se manteve: o trabalho doméstico remunerado é, ainda, persistente e majoritariamente feminino no Brasil, como vêm demonstrando pesquisadores/as do tema⁶. Além disso, ao se comparar o total de mulheres brancas ocupadas em trabalho doméstico remunerado (13,4%, em 1996

e 12,1%, em 2007) com o total de mulheres negras que desempenhavam essa mesma atividade (23%, em 1996 e 21,4%, em 2007) percebe-se que, mesmo havendo uma pequena queda em ambos os dados na década, persiste ainda o fato de que o trabalho doméstico remunerado no Brasil é uma atividade tradicionalmente desempenhada por mulheres negras.

Assumindo-se que tal ocupação é feminina, passa-se a uma complexificação desse quadro inicial a fim de explorar outras variáveis pelas quais se percebe a agência dos mecanismos de desigualdade. Ao se tomar a distribuição das trabalhadoras domésticas segundo cor/raça e faixa etária pode-se identificar uma crescente diminuição do número de meninas e jovens ocupadas com o trabalho doméstico remunerado. Em 1996, havia 14,2% de trabalhadoras domésticas com idade entre 10 e 17 anos; já em 2007, a porcentagem diminuiu para 5,8%, representando uma queda de 8,4 pontos percentuais. Já quando tais dados são desagregados por cor/raça, tem-se que esses valores alcançam 12,8%, em 1996, e 4,4%, em 2007, para meninas brancas na mesma faixa etária e 15,3% e 6,5%, respectivamente para as negras. Frente a esses dados, salienta-se, por um lado, o aspecto positivo de que houve uma sensível queda ao longo da década no número de trabalhadoras domésticas com idade escolar, no entanto, por outro lado, o padrão discriminatório relativo à cor/raça persiste. Assim, apesar de o marcador social idade não estar mais tão fortemente operativo na constituição dessa desigualdade de maneira geral, ele revela-se de peso diferenciado segundo o grupo racial ao qual a jovem pertença. Logo, como os dados apontam, para as meninas negras ele é significativamente mais importante que para as brancas.

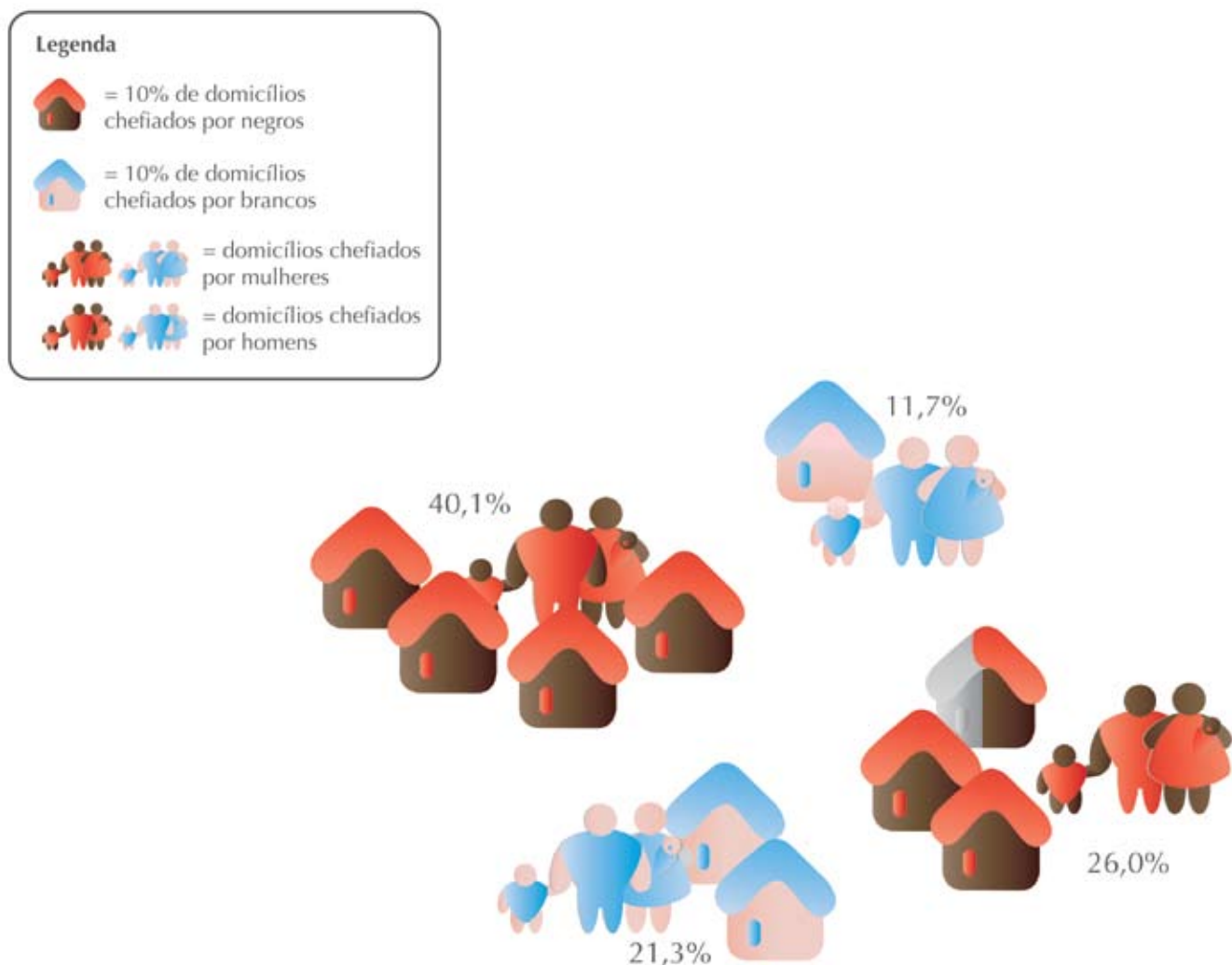
Por fim, no que tange aos impactos dos mecanismos da desigualdade sobre a proteção social e a precarização do trabalho, vale destacar um indicador que trata da proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada. Pela análise destes dados, percebe-se um relativo aumento na porcentagem ao longo da década: em 1996 verificava-se 18,7% para as negras e 23,6% para as brancas; já em 2007 os números passaram a 25,2% e 30,5%, respectivamente. Mesmo com o aumento positivo observado em ambos os universos, a disparidade entre eles permanece, o que reforça o aspecto da discriminação racial.

5. Alguns destes argumentos, bem como uma possibilidade de contra-argumentação, podem ser encontrados em CFEMEA, "Direitos das Trabalhadoras Domésticas: comentários sobre legislação atual, conquistas e lacunas". Brasília, 2007.

6. Ver, por exemplo, Bruschini, Cristina e Lombardi, Maria Rosa. "Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo". Cadernos de Pesquisa, no. 110, 67-104, julho/2000.



Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do chefe. Brasil, 2007



Para esta seção, foram selecionados indicadores que permitam construir um panorama, ainda que não completo, das condições de habitabilidade dos domicílios brasileiros. Segundo o Habitat, habitabilidade é “um conceito complexo, que envolve muitos aspectos que afetam a qualidade da moradia, como a qualidade da casa em termos de material de construção, área construída, divisões internas e instalações, a segurança da posse da terra, a infra-estrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, sistema viário, forma do bairro e disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos, transporte, segurança, áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros”⁷. Considerando-se as possibilidades de análise a partir da produção de indicadores do IBGE, foram selecionados os seguintes indicadores: quantidade e distribuição dos domicílios segundo características do chefe; proporção de domicílios com acesso a abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo; proporção de domicílios com adensamento excessivo (mais de três pessoas por dormitório) e localizados em assentamentos subnormais.

Em relação às condições de acesso da população aos serviços de saneamento básico, é importante destacar que a quase totalidade dos domicílios urbanos do país (98%) já conta com coleta de lixo, o que corresponde à ampliação de uma cobertura que já era alta no início da série acompanhada neste estudo (85%, em 1993). A universalização deste serviço encontra-se de tal modo avançada que entre domicílios chefiados por homens e mulheres não há diferença significativa e até mesmo entre aqueles chefiados por brancos e por negros a diferença é pequena: menos de 3 pontos percentuais (99% e 96,7%, respectivamente). Entre as regiões, o Nordeste é a que apresenta menor percentual de domicílios cobertos por este serviço (94,2%), valor pouco superior àquele verificado entre os considerados pobres (94%). Vale destacar, ainda, que o aumento da cobertura deste serviço foi muito mais intenso para os domicílios com chefia negra e para aqueles em situação de pobreza, com um incremento de 21 e 25 pontos percentuais, respectivamente. Entre os de chefia branca, o aumento foi de menos de 8 pontos.

Por outro lado, o serviço que oferece menor cobertura populacional, apesar do crescimento de quase 13 pontos observado no período, é o de esgotamento sanitário, com um percentual de domicílios atendidos de 82,3%. Assim como no caso anterior, não existem desigualdades de gênero significativas, mas as diferenças de raça, região e renda podem ser facilmente observadas. Enquanto 88% dos domicílios chefiados por bran-

cos possuíam esgotamento sanitário em 2007, este valor era de 76% para os domicílios chefiados por negros, sendo de apenas 53,6% para os domicílios da região Centro-Oeste e 66,2% para aqueles pobres. Também aqui o crescimento mais significativo no acesso aos serviços de esgotamento se deu entre os domicílios com chefes negros e/ou pobres (20 e 17 pontos percentuais, respectivamente) que são, historicamente, aqueles que menos tiveram acesso a qualquer serviço de saneamento básico.

Outra informação pertinente para se analisar a condição de habitabilidade dos domicílios brasileiros refere-se ao adensamento excessivo. Ainda que os valores sejam baixos – a média nacional, em 2007, era de apenas 5% dos domicílios – e que venham se reduzindo ao longo dos anos – em 1993, atingiam 10% – as desigualdades de raça e gênero são marcantes. Ao se observarem as características raciais dos chefes dos domicílios, pode-se encontrar que, enquanto apenas 3% daqueles chefiados por brancos encontram-se em situação de adensamento excessivo, no caso dos chefes negros, a proporção é mais do que o dobro: 7%. No caso das desigualdades de gênero, é possível perceber que domicílios densamente habitados são mais comuns em famílias chefiadas por homens (5,1%) do que por mulheres (4,5%). Nesse caso, é possível fazer uma ligação com o tipo de chefia característica de cada um dos sexos⁸, uma vez que as famílias chefiadas por homens tendem a ser mais numerosas, o que as torna mais propensas ao adensamento excessivo.

As condições de habitabilidade dos domicílios, portanto, melhoraram significativamente ao longo dos últimos 15 anos. No entanto, quando se trata de analisar a proporção de domicílios localizados em assentamentos subnormais é possível perceber que praticamente não houve alteração nestas proporções: enquanto em 1993, 3,2% dos domicílios estavam em favelas ou assemelhados, em 2007 esse valor foi de 3,6%. Mesmo sendo um percentual reduzido, não se pode ignorar que se está falando de 2 milhões de domicílios ou, no mínimo, 8 milhões de pessoas. Ao se tomar o conjunto de domicílios em assentamentos subnormais⁹, encontra-se a seguinte distribuição: 40,1% destes são chefiados por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas. Se, em alguma medida, esta distribuição reflete a verificada para o conjunto de domicílios brasileiros, por outro pode-se perceber que há uma sobre-representação da população negra vivendo em favelas, o que reforça, mais uma vez, sua maior vulnerabilidade social.

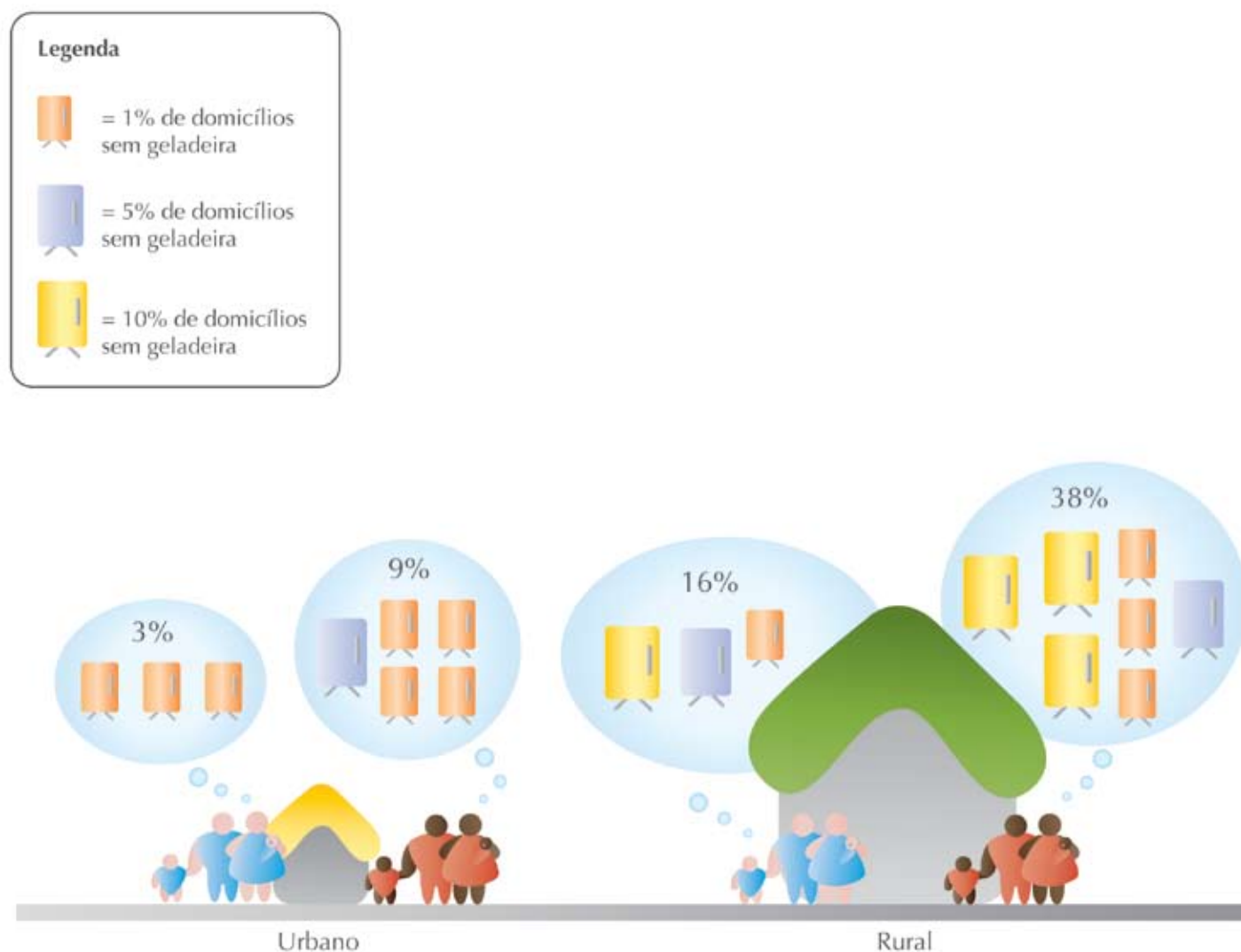
8. Para maiores detalhes, ver bloco 2 sobre chefia de família.

9. Assentamentos subnormais equivalem aos conjuntos constituídos por unidades habitacionais (barracos, casa, etc), que ocupam, ou ocuparam até recentemente, terrenos de propriedade alheia e que estão, em geral, dispostos de forma desordenada e densa e estão ausentes de serviços públicos essenciais: seriam o que costumamos chamar de favelas.

7. Em: <http://www.habitatbrasil.org.br/producao-social-do-habitat/o-que-e-habitabilidade>. Acesso em 03 de dezembro de 2008



Distribuição de domicílios que não possuem geladeira, segundo cor/raça do chefe da família e localização. Brasil, 2007



Os indicadores sobre acesso a bens duráveis e exclusão digital disponibilizados neste bloco trazem um panorama da popularização e das persistentes desigualdades no acesso a um conjunto de bens e serviços nos últimos quinze anos. Apresentam-se, aqui, dados sobre proporção de domicílios segundo o sexo e a cor/raça do chefe com acesso a fogão, geladeira, máquina de lavar, televisão, freezer e telefone; bem como dados referentes a domicílios que possuem microcomputador, acesso à internet e telefone celular. Assim como para os demais blocos, os indicadores foram desagregados por sexo e cor/raça do chefe do domicílio, por grandes regiões brasileiras e por localização do domicílio.

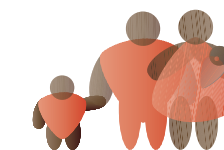
Com a estabilização da economia, ocorrida a partir de meados da década de 1990, o nível de renda dos brasileiros vem aumentando paulatinamente, o que tem se refletido no acesso a bens de consumo duráveis. Alguns itens deste grupo, tais como televisão e fogão, podem ser encontrados na maioria dos domicílios brasileiros. Outros, como máquina de lavar, ampliaram significativamente sua presença entre as famílias do país, ainda que não possam ser considerados de acesso universal. Apesar das variações na posse de cada um dos itens, a tendência geral é de que os domicílios chefiados por negros e aqueles localizados na área rural tenham menor acesso a esses bens¹⁰ e que o acesso venha crescendo ao longo do período de tempo analisado para todos os grupos populacionais. Também não existem, em geral, grandes diferenças na posse de bens duráveis quando os chefes são homens ou mulheres.

Dentre os bens duráveis, o mais disseminado é o fogão, presente em 99% dos domicílios brasileiros. Ainda assim, as diferenças raciais são explícitas, pois enquanto 0,6% dos domicílios chefiados por brancos não possuíam fogão em 2007, esse percentual era mais de duas vezes superior entre os negros: 1,4%. Por outro lado, ainda é alta a proporção de domicílios que não possuem geladeira – são 9,2% na média nacional –, sendo que entre os domicílios chefiados por negros da zona rural esse percentual chega a 38%. No entanto, é importante

10. No primeiro caso, confirma-se a exclusão dos negros do consumo e do acesso a bens e serviços, em grande parte explicada pelos menores rendimentos e menor escolaridade. No caso da área rural, devem ser levadas em consideração também questões de infra-estrutura, como acesso à rede elétrica.

destacar a expressiva ampliação do acesso da população brasileira a este tipo de bem, uma vez que, em 1993, mais de 28% dos domicílios brasileiros e 79% dos domicílios chefiados por negros na zona rural não tinham condições de adquirir uma geladeira. Vale ressaltar que, mesmo não havendo diferenças na posse desse bem quando se comparam chefias femininas e masculinas, a ausência de geladeiras certamente reduz o tempo livre de mulheres (sejam elas chefes ou não), pois aumenta o tempo que estas têm de dedicar aos trabalhos domésticos, os quais, em geral, são de sua responsabilidade¹¹.

A exclusão digital apresenta-se como um dos principais desafios no acesso à informação. Apesar dos inegáveis avanços nas possibilidades de aquisição destes bens e serviços, as desigualdades e a exclusão de parcela significativa da população brasileira constituem-se realidades. A tendência geral, nesse caso, é de elevada exclusão digital da população negra, e, em especial, das mulheres negras. O acesso a microcomputador e internet¹² nos domicílios ainda é exclusivo de uma parcela muito pequena da população e teve um crescimento mais limitado, quando comparado ao do telefone celular: entre 2001 e 2007, a proporção de domicílios com microcomputador e internet cresceu, respectivamente 14 e 13 pontos percentuais, enquanto no caso dos domicílios com telefone móvel, o crescimento foi de 37 pontos. O telefone celular é, portanto, mais disseminado, apesar de ser possível perceber um padrão de exclusão quando se analisam a localização do domicílio, a cor/raça e o sexo do chefe. Em todos os casos, os domicílios das zonas rurais, aqueles chefiados por mulheres e os chefiados por pessoas da cor/raça negra apresentam menor acesso.

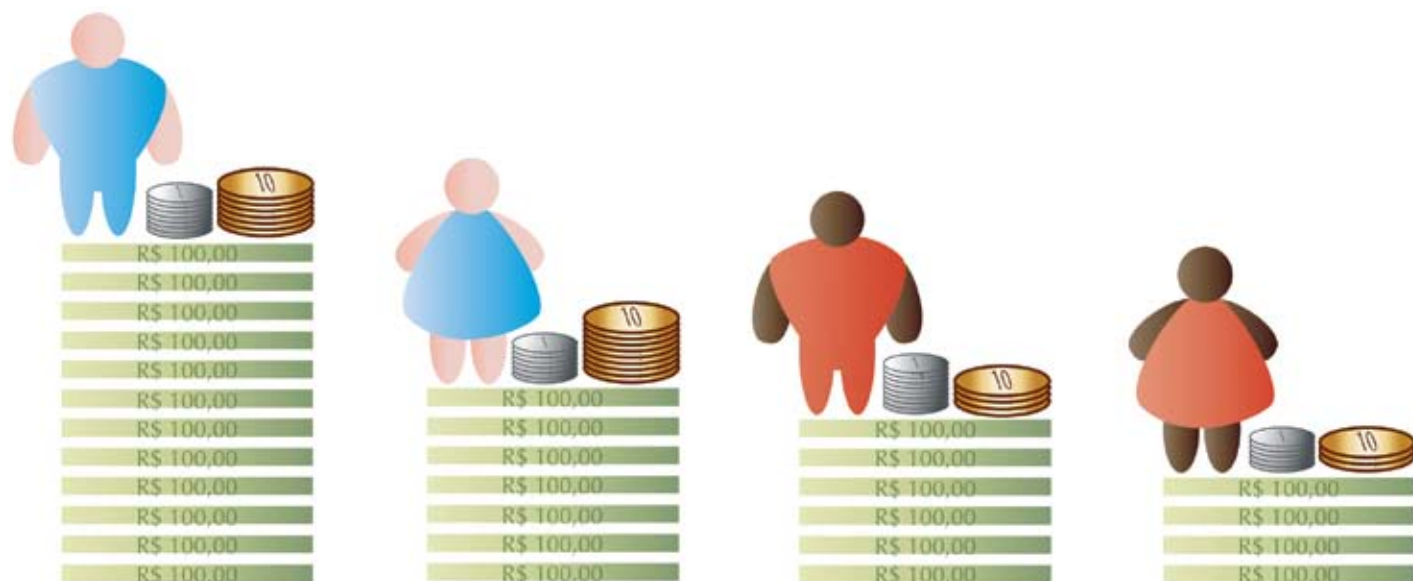


11. Entre outras questões, a presença de geladeira reduz o tempo gasto com a preparação de alimentos que podem ser feitos em maior quantidade e armazenados para consumo em um período maior de tempo. Além disso, também contribui para o adequado armazenamento, reduzindo o risco de que os alimentos se deteriorem e tragam impactos negativos para a saúde dos habitantes do domicílio.

12. Em decorrência da ausência de microcomputadores, a proporção de domicílios que não possuíam acesso à internet é bastante elevada. Em 2007, o total de domicílios em área urbana que não possuem acesso à internet foi de 76,7%, sendo que nas áreas rurais esse percentual chegou a 97,8%.



Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2007



O bloco de renda, pobreza e desigualdade traz um amplo e importante conjunto de indicadores que permitem visualizar o impacto dos sucessivos processos de discriminação e desigualdade vivenciados por negros e mulheres na sociedade brasileira. São apresentadas, neste item, informações sobre: i) renda: média de renda domiciliar per capita, média da renda da ocupação principal e de todas as fontes, proporção de população maior de 16 anos de idade e de mulheres cônjuges sem renda própria; ii) desigualdade de renda: índice de Gini, índice de Theil e distribuição da população por decis de renda; e iii) pobreza: incidência de pobreza e de extrema pobreza na população brasileira.

Os dados evidenciam, mais uma vez, a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras nos múltiplos espaços sociais e, em especial, no mercado de trabalho. Crenshaw (2002)¹³ destaca que as discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial freqüentemente marcada pelo gênero.

As informações de rendimento médio da ocupação principal no mercado de trabalho capturam de forma evidente esta situação. Como conseqüência das desigualdades educacionais, da segregação de mulheres e negros em postos de trabalho de menor qualidade e do próprio fenômeno social da discriminação, os rendimentos de homens e de brancos tendem a ser mais elevados do que o de mulheres e negros. Com efeito, em 2007, enquanto as mulheres brancas ganhavam, em média, 62,3% do que ganhavam homens brancos, as mulheres negras ganhavam 67% do que recebiam os homens do mesmo grupo racial e apenas 34% do rendimento médio de homens brancos.

Os diferenciais de remuneração entre os grupos aqui analisados vêm caindo ao longo dos anos. De fato, somente entre 1996 e 2007, as desigualdades de renda entre brancos e negros e entre homens e mulheres se reduziram em cerca de 13% e 10%, respectivamente. Importante mencionar que, ao longo deste período, houve uma queda no rendimento médio da população brasileira cuja recuperação, iniciada em 2004, já foi suficiente para tornar os salários femininos maiores do que os de 1996, mas não permitiu o mesmo para os homens, que ainda não conseguiram alcançar o mesmo patamar do início da série.

Em relação aos dados de pobreza e indigência, a metodologia de captação, baseada exclusivamente na renda familiar per capita, é insuficiente para evidenciar as diferenças

de incidência e intensidade do fenômeno segundo o sexo da população. Como conseqüência, temos que, em 2007, aproximadamente 31% de homens e a mesma proporção de mulheres eram considerados pobres. Da mesma forma, algo em torno de 12% destes dois grupos estavam na indigência.

Já no caso dos diferenciais de raça, os indicadores usualmente adotados captam bastante bem as desigualdades entre brancos e negros, retornando rendimentos per capita sistematicamente inferiores para estes últimos. Tomando-se as informações para 2007, temos que 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 41,7%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 6,6% dos brancos recebem menos de ¼ de salário mínimo per capita por mês, esse percentual salta para 16,9% da população negra, quase três vezes mais. Isso significa 20 milhões a mais de negros pobres do que brancos e 9,5 milhões de indigentes negros a mais do que brancos.

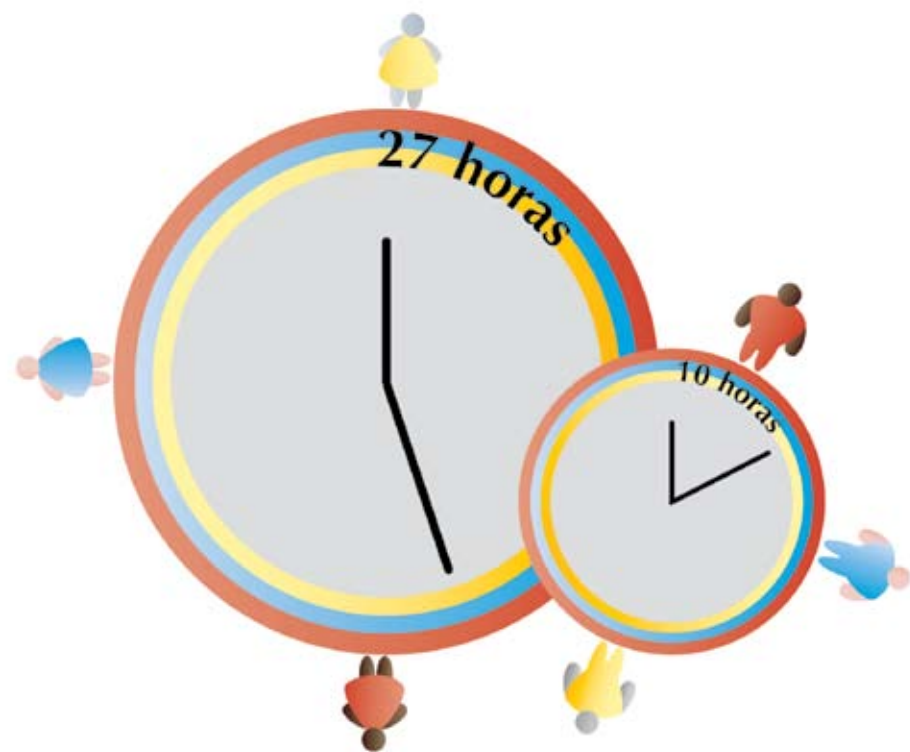
Ainda que a incidência de pobreza e indigência seja significativamente superior para as populações de pretos e pardos, é importante destacar que, se ao longo do período aqui analisado, há uma redução expressiva na proporção de pobres em todos os grupos populacionais, essa redução foi bastante mais significativa para negros do que para brancos. De fato, entre 1996 e 2007, a proporção de brancos pobres passou de 29,6% para 19,7%, ou seja, uma redução de quase 10 pontos percentuais. Já no caso da população negra, essa redução foi ainda mais intensa, alcançando 16 pontos. Ou seja, nos últimos 15 anos, as políticas desenvolvidas pelo governo federal, dentre as quais destacam-se os programas de transferência de renda e a valorização do salário mínimo, foram capazes de retirar da pobreza 6,5 milhões de brasileiros, majoritariamente negros.

Por fim, cabe destacar que a desigualdade nos rendimentos existente entre brancos e negros é evidenciada também quando se examina a distribuição da população por décimos de renda per capita. Quanto mais caminhamos dos décimos mais pobres no sentido dos mais ricos, mais a distribuição fica embranquecida. Em 2007, entre os 10% mais pobres da população, 67,9% eram negros; e esta proporção cai para 21,9% no grupo dos 10% mais ricos. Já no grupo do 1% mais rico da população, somente 15,3% eram de indivíduos negros. Ainda que se possa perceber uma tendência de melhora na distribuição da riqueza produzida no país, a permanência da desigualdade segue sendo o destaque.

13. CRENSHAW, Kimberle. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero". Revista Estudos Feministas, v.10, n.1, 2002.



Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos, pela população de 16 anos ou mais, segundo sexo. Brasil, 2007



Uma importante dimensão para a análise das diferenças entre os diversos grupos populacionais no cotidiano é a questão de como homens e mulheres, brancos e negros distribuem suas atividades ao longo dos dias, isto é, como usam seu tempo e quanto dedicam ao trabalho, às tarefas não-remuneradas, ao lazer, ao descanso etc. O Brasil ainda não tem uma pesquisa nacional sobre uso do tempo, mas, desde 1996, a PNAD incorporou uma questão sobre o tempo de deslocamento entre a residência e o local de trabalho e, desde 2001, uma questão sobre o tempo médio dedicado por semana aos afazeres domésticos. Ao lado da proporção de pessoas que afirmam realizar afazeres domésticos, estes são os indicadores tratados neste bloco, que refletem assimetrias importantes em nossa sociedade.

A grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, na média, gasta até 30 minutos para se deslocar de casa para o trabalho. As diferenças entre homens e mulheres não são muito marcantes, ao passo que o recorte por cor/raça aparece como mais significativo: 70,0% dos brancos gastam até 30 minutos, comparados a 65,4% dos negros. Já na faixa de tempo de mais de 30 minutos até 1 hora, tem-se 21,6% dos brancos e 23,8% dos negros. Finalmente, entre as pessoas que gastam mais de 1 hora entre sua residência e o local de trabalho, estão 8,5% dos brancos e 10,8% dos negros. Isto pode ser explicado pela maior presença de negros nas periferias das grandes cidades, o que, por sua vez, está relacionado à maior pobreza e tem impactos diretos sobre o dia a dia e a qualidade de vida dessa população.

Já quando se examinam os indicadores referentes aos afazeres domésticos, saltam aos olhos as discrepâncias entre homens e mulheres. Enquanto, em 2007, 89,9% das mulheres com 16 anos ou mais anos de idade afirmavam cuidar de afazeres domésticos, somente 50,7% dos homens o faziam. Estas diferenças são reproduzidas nas áreas urbanas e nas áreas rurais, entre brancos/as e entre negros/as, além de atravessarem todas as regiões do país. E são ainda mais evidentes no exame do tempo dedicado a esses afazeres domésticos. Em 2007, enquanto as mulheres com 16 anos ou mais dedicavam, em média, 27,2 horas por semana a essas atividades, os homens responderam dedicar 10,6 horas, quase três vezes menos. Esta diferença pouco se alterou entre 2001 e 2007 – na primeira vez em que o dado foi levantado, a média de horas era de 30,9 para as mulheres e 11,2 para os homens. É relevante o fato de as mulheres declararem dedicar aos afazeres domésticos quase 4 horas a menos do que declaravam em 2001. Este fato pode ser explicado pelo aumento de sua presença no mercado de

trabalho neste período ou, ainda, pela expansão do trabalho doméstico remunerado. Alternativamente, o acesso a alguns equipamentos, como máquina de lavar roupas e forno micro-ondas, pode contribuir para esta redução. Finalmente, cabe lembrar que por ser uma questão em que o respondente deve estimar quanto tempo dedica por semana a essas atividades, as respostas não são precisas e podem sofrer flutuações de acordo com a percepção dos respondentes.

Uma primeira explicação para a diferença do tempo gasto com tarefas domésticas por homens e mulheres poderia ser a maior participação dos primeiros no mercado de trabalho. Contudo, a condição de ocupação está longe de explicar integralmente as discrepâncias encontradas. Isto pode ser confirmado pelo fato de as mulheres ocupadas gastarem 22,3 horas por semana com trabalho doméstico, enquanto os homens inativos gastam 13,7 horas, uma diferença de 8 horas e 36 minutos. De fato, a sobrecarga de trabalho das mulheres, que, mesmo ocupando postos no mercado de trabalho, continuam respondendo pelas árduas atividades domésticas, encontra suas raízes na divisão sexual do trabalho e na naturalização da responsabilidade feminina pelas tarefas executadas no âmbito doméstico. Ainda é muito pouco questionada a atribuição às mulheres pelo cuidado com crianças, idosos e doentes e pelas atividades de manutenção da casa e reprodução da vida.

Esta é uma questão que diz respeito à qualidade de vida, pois a soma dos tempos dedicados pelas mulheres ao trabalho remunerado e ao trabalho não-remunerado implica em precarização da vida, diminuição das oportunidades de interação social e de fruição de bens de educação e de cultura, e falta de descanso e de lazer – com implicações diretas sobre a saúde. Ao lado dessas questões, tem-se a não-valorização das atividades domésticas, consideradas não somente como atribuição feminina, mas também como trabalho de pouco valor social e nenhum valor econômico. A noção de trabalho deveria ser alterada para que todo o trabalho doméstico não-remunerado – indispensável para a perpetuação da sociedade e o bem-estar de seus integrantes – possa ser considerado como tal.

Os dados da PNAD aqui apresentados indicam que, apesar de todas as mudanças ocorridas em outros campos da vida social, a família ainda se mostra um espaço de grande resistência às transformações nas convenções de gênero, espaço no qual as mudanças acontecem muito lentamente, pois enfrentam barreiras culturais muito arraigadas.



© 2009. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1ª Reimpressão

Elaboração, distribuição e informações:

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES

CEP: 70076-900 Brasília-DF

Fones: (61) 3315-5282 e 3315-5384

Fax: (61) 3315-5109

ouvidoria@ipea.gov.br – www.ipea.gov.br

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Presidência da República

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2º andar

CEP: 70047-900 – Brasília-DF

Fones: (61) 2104-9377 e 2104-9381

Fax: (61) 2104-9362 e 2104-9355

spmulheres@spmulheres.gov.br – www.spmulheres.gov.br

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Escritório Subregional para o Brasil e Países do Cone Sul

EQSW 103/104, Lote 1, Bloco C, 1º andar

CEP: 70670-350 Setor Sudoeste. Brasília-DF

Fone: (61) 3038-9291

Fax: (61) 3038-9289

unifemconesul@unifem.org - www.unifem.org.br

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

Edição e redação

Luana Pinheiro – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

Natália de Oliveira Fontoura – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ana Carolina Querino – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Alinne Bonetti – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Waldemir Rosa – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Projeto gráfico, ilustrações e diagramação

Flavia Amadeu

<http://www.flaviaamadeu.com>

CD-Rom: projeto gráfico e editoração eletrônica

Flavia Amadeu

Rodrigo Azevedo

Produção de indicadores

Sônia Tiê Shicasho

Radakian Maurity Sousa Lino

André Luiz Souza

Revista impressa em papel Reciclato 120g/m² e capa em 240 g/m², composta pelas fontes Optima e Engebrecht, (acompanhada de CD-Rom e cartaz).